



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO N. 05/2019.

TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 05/2019 (evento n. [0478075](#)).

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0002398-28.2018.6.22.8000](#) (vinculado ao PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0003670-52.2021.6.22.8000](#))

CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA OI S.A., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC).

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e do CPF n. 475.106.849-00, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro, a Sociedade Comercial **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, CNPJ nº. 76.535.764/0001-43, com sede na Rua do Lavradio, n. 71, 2º andar – Centro, CEP: 22.230-070, no Rio de Janeiro/RJ, e-mail(s): luis.matos@oi.net.br; adriane.menezes@oi.net.br; ps@oi.net.br; e telefone(s): (61) 98531-5702, (61) 98626-3132 e (85) 98826-0259, neste ato representada por seus procuradores, Senhor **SÉRGIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade RG 4.377.235-SSP/PE e do CPF 821.751.954-49, e-mail(s): sergio.ferreira@oi.net.br, telefone(s): (81) 98869-6959, e pela Senhora **VIVIAN DE SOUZA DUARTE FIORENTINI**, brasileira, Contadora, portadora da Cédula de Identidade n. 2.847.263-SSP/DF e do CPF n. 880.640.501-20, e-mail(s): vivian.duarte@oi.net.br e telefone(s): (61) 98512-2056, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n. 36/2022-GABDG, de 17/01/2022 (evento [0780451](#)), celebram, mediante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto **PRORROGAR** o prazo de vigência do **Contrato n. 05/2019** (evento [0478075](#)) **por mais 12 (doze) meses a partir de 04/07/2022 a 03/07/2023.**

Subcláusula única - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Termo Aditivo **totaliza o valor estimado de R\$ 97.459,00** (noventa e sete mil quatrocentos e cinquenta e nove reais).

Subcláusula Primeira - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Anual 2022 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante reforço da nota de empenho principal, caso necessário.

Subcláusula Segunda - O valor total atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 97.459,00.

DA GARANTIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução deste instrumento, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da assinatura deste termo aditivo, **complementação da garantia contratual, no valor de R\$ 4.872,95 (quatro mil seiscentos e setenta e sete reais e oitenta e oito centavo), correspondente de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Oitava do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei 8666/93 e na Cláusula Sexta do Contrato n. 05/2019 (evento [0478075](#)).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 07 de fevereiro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	
SÉRGIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA Pela Contratada	VIVIAN DE SOUZA DUARTE FIORENTINI Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha

ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 05/2019

Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 05/2019, assinado em 18/11/2019 – Volume VIII do PA (evento n. 0478075) Vigência de 30 meses, a contar	R\$ 193.876,80	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da assinatura, ou seja, de 03/01/2020 a 03/07/2022 Valor do contrato: R\$ 193.876,80 Garantia: R\$ 9.693,84		
Apostila n. 1, assinada em 14/12/2020 – Volume XI do PA (evento n. 0640582) Reajuste de 5,99%, a contar de 25/09/2020. Valor da Apostila R\$ 10.972,30 Garantia: R\$ 548,62	R\$ 10.972,30	-
Apostila n. 2, assinada em 30/12/2021 – Volume XV do PA (evento n. 0776579) Reajuste de 18,94%, a contar de 25/09/2021. Valor da Apostila R\$ 38.798,40 Garantia: R\$ 1.939,92	R\$ 38.798,40	-
Termo Aditivo n. 1, assinado em ____/01/2022 – Volume XVI do PA (evento n. 0788499) Prorrogar o prazo de vigência por mais 12 meses, a contar de 04/07/2022 e data final em 03/07/2023. Garantia: R\$ 4.872,95	R\$ 97.459,00	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 97.459,00
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR	0,00%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e
Acórdão TCU 749/2010 –Plenário.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/02/2022, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VIVIAN DE SOUZA DUARTE FIORENTINI, Usuário Externo**, em 21/02/2022, às 07:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO AUGUSTO FERREIRA DA SILVA, Usuário Externo**, em 23/02/2022, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 24/02/2022, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 24/02/2022, às 13:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0788499** e o código CRC **C5419DFB**.

0002398-28.2018.6.22.8000

PROCESSO: 0002398-28.2018.6.22.8000

INTERESSADO: COSEIC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para prover acesso à internet na sede do TRE/RO – Possibilidade de reajuste e minuta de apostila – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 222 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I - DO RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança e Controle - SEGOV com o objetivo de abrigar a contratação efetivada com a empresa em recuperação judicial **OI S.A.**, CNPJ n. 76.535.764/0001-43, especializada na prestação de **Serviço de Telefonia Fixa Comutada** (STFC), não residenciais, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, mediante **Contrato n. 5/2019** firmado entre as partes ([0478075](#)).

2. Na Solicitação n. 21/2021 - **PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC** ([0752113](#)) o gestor da contratação informa ao secretário da SAOFC a necessidade da aplicação do reajuste contratual previsto na Cláusula Nona do Contrato n. 5/2019, considerando o interregno de 01 (um) ano do último reajuste aplicado no valor do contrato, com efeitos financeiro a partir de 25/09/2020, contabilizando portanto o período necessário previsto em lei.

3. O gestor prossegue em sua solicitação com a indicação da variação percentual do índice de reajuste de serviços de telecomunicações (IST) de **18,94%** no período, com efeitos financeiros a contar de 25/09/2021 e suas alterações nos valores contratuais com a apresentação de tabelas nos itens 1 e 2 da Solicitação 21 ([0752113](#)).

4. A secretária da SAOFC, em substituição, pelo Despacho 2153 ([0764863](#)), considerando o constante na solicitação do gestor/fiscal, encaminhou os autos a COFC para o possível reforço da Nota de Empenho, posteriormente a SECONT para elaboração da minuta de apostila e a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico. Por último, determinou o retorno dos autos ao GABSAOFC para fins de manifestação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. O Gestor da contratação tendo conferido e atestado o percentual do reajuste, a **regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada** (eventos [0752107](#), [0752108](#) e [0752111](#)). Para o suporte da despesa no presente exercício, o fiscal da contratação informa a necessidade de reforço do empenho 2021NE000150 em R\$ 5.000,00, para o qual indica como fonte o Plano Interno ADM TELEFO ([0765505](#)).

6. Para o exercício seguinte a COFC registra nos autos a previsão de orçamento para a despesa em comento, a qual consta na proposta para 2022 como se verifica no PSEI 0003698-54.2020.6.22.8000, evento [0765540](#).

7. A programação orçamentária do valor necessário para suporte da despesa no exercício 2021 foi juntada aos autos pela SPOF no evento [0765593](#), anotando a unidade que em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

8. A Seção de Contratos juntou aos autos a minuta da Apostila nº 02 ([0765394](#)) ao Contrato n. 5/2019 ([0478075](#)) e na sequência procedeu a remessa dos autos a esta Assessoria ([0765395](#)). **É o necessário relato.**

II - DA ANÁLISE JURÍDICA DO REAJUSTE

9. O reajuste tem amparo no **art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, tendo estes sido reproduzidos expressamente no ajuste administrativo:

CLÁUSULA SÉTIMA - Os preços dos serviços contratados serão corrigidos anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IST (Índice de Serviços de Telecomunicações).

Subcláusula Primeira – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Subcláusula Segunda – Compete à CONTRATADA a iniciativa, o encargo do cálculo e a apresentação do PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVO DE SERVIÇOS e demais tabelas, no que couber, aprovados pela ANATEL.

Subcláusula Terceira - Na eventualidade de a ANATEL determinar a redução no valor de tarifas dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obrigatoriamente, comunicar o fato imediatamente ao CONTRATANTE e repassar a redução correspondente nas próximas faturas.

Subcláusula Quarta - Quaisquer reajustes, elevações, realinhamento de preços que possam majorar os valores de quaisquer serviços objeto deste contrato deverão ser comunicados e requeridos por escrito e previamente à emissão das contas telefônicas, para análise e deliberação do CONTRATANTE, podendo, caso aprovado, ser objeto de aditivo ou apostila ao contrato. A CONTRATADA não estará excluída dessa obrigação se a majoração for autorizada pelo poder concedente através de publicação em órgão da imprensa oficial.

10. O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª
Edição, às fls. 704, orienta:

Para concessão de reajuste, o marco inicial conta-se da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta referir-se, conforme previsto no edital e no contrato, **ou ainda do último reajustamento.** (Grifo nosso)

11. As unidades de gestão (COSEIC) e fiscalização (SEGOVTIC) da contratação em conjunto solicitaram a aplicação do reajuste de preços no percentual de **18,94%** (dezoito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) decorrente da variação do índice de serviços de telecomunicação (IST), consoante preconiza a regra contratual mencionada, a fim de repor perdas inflacionárias do período entre setembro de 2020 e setembro de 2021 ([0752113](#)).

12. Assim, subsiste o **poder-dever** de a Administração manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto configura-se em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO:

13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

(...)

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

(...)

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

(...)

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n.º 8.666/93;

13. O TCU e a AGU, claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste em sentido estrito nos contratos administrativos, vejamos texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; **ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.**

(...)

41. O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, **o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.**

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela

Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

III - DA CONCLUSÃO

14. Dessa forma, esta Assessoria julga devida à aplicação do reajuste contratual no patamar de **18,94%** (dezoito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) referente ao período de setembro de 2020 a setembro de 2021.

15. Ressalta-se, ainda, que a **situação de regularidade** da empresa **OI S.A** foi juntada aos autos nos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eventos [0752107](#), [0752108](#) e [0752111](#), bem como a comprovação do suporte orçamentário ([0765593](#)).

16. Em análise formal aos termos da minuta de Apostila nº 02 ao Contrato nº 5/2019 ([0765394](#)), percebe-se que o referido instrumento, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual está Assessoria Jurídica manifesta sua **APROVAÇÃO**, para cumprimento do parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.

17. Importa destacar que será necessária a notificação da contratada para apresentar nova garantia contratual, com base nos valores atualizados do contrato, conforme delineado no item V da minuta de Apostila contratual.

18. Calha anotar, por fim, que esta unidade jurídica analisou apenas os **aspectos jurídicos do ato em discussão**, tendo excluído aqueles de índole material associados ao objeto, cálculos e índices, em razão da sabida falta de atribuição legal para tanto.

À consideração da unidade competente



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 02/12/2021, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0767940** e o código CRC **A76D4542**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação - SEGOVTIC

ASSUNTO: Reajuste contratual – Contrato n. 5/2019 – Contratada OI S.A.

DESPACHO Nº 1682 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança e Controle - SEGOVTIC com o objetivo de abrigar a contratação efetivada com a empresa em recuperação judicial **OI S.A.**, CNPJ n. 76.535.764/0001-43, especializada na prestação de **Serviço de Telefonia Fixa Comutada** (STFC), não residenciais, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, mediante **Contrato n. 5/2019** firmado entre as partes ([0478075](#)).

Nos termos da Solicitação n. 21/2021 - **PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC** ([0752113](#)), a unidade gestora da contratação informa à SAOFC sobre a necessidade da aplicação do reajuste contratual previsto na Cláusula Nona do Contrato n. 5/2019, considerando o interregno de 01 (um) ano do último reajuste aplicado no valor do contrato, contabilizando o período necessário previsto em lei. Informa, também, a indicação da variação percentual do índice de reajuste de serviços de telecomunicações (IST) de **18,94%** no período, com efeitos financeiros a contar de 25/09/2021 e suas alterações nos valores contratuais com a apresentação de tabelas nos itens 1 e 2 da referida Solicitação.

O Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, mediante Despacho n. 2153/2021 - **PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC** ([0764863](#)), encaminhou o feito à **COFC**, para ratificar se há cobertura de despesa suficiente conforme item 4 da solicitação supramencionada, para que o reajuste contratual seja possível; à **SECONT**, para elaboração da minuta da apostila do contrato; e à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral - AJDG, para análise e emissão de parecer jurídico quanto a reajuste pleiteado e minuta da apostila.

Em cumprimento ao Despacho n. 2153/2021 ([0764863](#)), a COFC, pelo evento [0765540](#), informa que, por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício 2022, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2022. Em complemento, registra que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2022 tramita no processo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

Do mesmo modo, no evento [0765555](#), noticia que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício e com dotação suficientemente disponível para sua realização neste exercício de 2021.

Na sequência, a SPOF junta a programação orçamentária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o presente exercício ([0765593](#)).

A SECONT juntou a minuta de Apostila n. 02 ao Contrato n. 05/2019 ([0765394](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0765395](#)).

A AJDG emitiu o Parecer Jurídico nº 222/2021 ([0767940](#)), no qual entende devida a aplicação do reajuste no patamar de **18,94%** (dezoito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) referente ao período de setembro de 2020 a setembro de 2021. Por fim, aprovou os termos da minuta de Apostila n. 02 ao Contrato nº 05/2019 ([0765394](#)), em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Por sua vez, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC manifestou-se pelo deferimento do reajuste pretendido, no percentual de **18,94%** (dezoito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), decorrente da variação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, aferido no período de setembro de 2020 a setembro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 25/09/2021, inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993 (Manifestação n. 490/2021 - evento [0767997](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, registra-se que embora tenha sido recentemente publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste despacho manter-se-á a citação da lei antiga considerando que é a que está sendo aplicada no curso dos presentes autos.

Nos termos do bem lançado Parecer Jurídico n. 222/2021 da AJDG ([0767940](#)), a pretensão de reajuste tem amparo no **art. 55, III, da Lei n. 8.666/93**, pois trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo nº 5/2019 ([0478075](#)). Veja-se:

CLÁUSULA SÉTIMA - Os preços dos serviços contratados serão corrigidos anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IST (Índice de Serviços de Telecomunicações).

Subcláusula Primeira – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Subcláusula Segunda – Compete à CONTRATADA a iniciativa, o encargo do cálculo e a apresentação do PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVO DE SERVIÇOS e demais tabelas, no que couber, aprovados pela ANATEL.

Subcláusula Terceira - Na eventualidade de a ANATEL determinar a redução no valor de tarifas dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, comunicar o fato imediatamente ao CONTRATANTE e repassar a redução correspondente nas próximas faturas.

Subcláusula Quarta - Quaisquer reajustes, elevações, realinhamento de preços que possam majorar os valores de quaisquer serviços objeto deste contrato deverão ser comunicados e requeridos por escrito e previamente à emissão das contas telefônicas, para análise e deliberação do CONTRATANTE, podendo, caso aprovado, ser objeto de aditivo ou apostila ao contrato. A CONTRATADA não estará excluída dessa obrigação se a majoração for autorizada pelo poder concedente através de publicação em órgão da imprensa oficial.

Salienta-se que tal reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio, de modo que subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração.

Dessa forma o reajuste em sentido estrito, previsto em cláusula contratual, deve acontecer de forma automática pela Administração.

No caso sob análise trata-se de reajustes aplicados através do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, previstos em cláusula contratual, sendo devidos os respectivos valores contabilizados no período de **setembro de 2020 a setembro de 2021**.

Assim, o reajuste a ser aplicado no contrato, no percentual de **18,94%** (dezoito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), refere-se ao período de **setembro/2020 a setembro/2021**, e é decorrente da variação do IST no período. O impacto financeiro total deste reajuste é de **R\$ 38.798,40** (trinta e oito mil setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) e incide nos exercícios 2021 e 2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por conseguinte, haverá necessidade de atualização dos valores do Contrato nº 5/2019 ([0478075](#)), fixando seu novo valor em R\$ 243.647,50 (duzentos e quarenta e três mil seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#).

Além disso, conforme ressaltou a AJDG, em cumprimento à **CLÁUSULA OITAVA** do contrato, **deverá a contratada apresentar** atualização/complementação da garantia contratual.

Por todo exposto e por tudo que dos autos consta, considerando os termos do artigo 1º, II, da Portaria nº 66/2018, esta Diretora-Geral:

a) Autoriza o reajuste do Contrato Administrativo n. 5/2019 ([0478075](#)), no percentual de **18,94%** (dezoito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), decorrente da variação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST aferida no período de **setembro de 2020 a setembro de 2021**, com efeitos financeiros sobre a Contratação **a partir de 25 de setembro de 2021**, com fulcro no [art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993](#) e ainda Cláusula Sétima do Contrato Originário;

b) Determina a atualização dos valores do Contrato n. 5/2019, fixando seu novo valor em R\$ 243.647,50 (duzentos e quarenta e três mil seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#);

c) Determina a notificação da empresa contratada para demonstração nos autos da situação de regularidade com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura da Apostila; e

d) Determina a complementação da garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis após assinatura da apostila**, no valor de **R\$ 1.939,92** (um mil novecentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no [§ 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

e ainda nos termos do [§ 2º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93](#) combinado com a Cláusula Oitava do contrato originário.

Encaminhem-se os autos à SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 20/12/2021, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0768439** e o código CRC **C45FD0AB**.